



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0003229-65.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Doença Acidentário**  
 Requerente: **Laurindo Martins Siqueira**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social Inss**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

**LAURINDO MARTINS SIQUEIRA** ajuizou ação contra **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, alegando em síntese que é portador de desalinhamento femoropatelar displasia da tróclea, e que por um longo período trabalhou como vendedor, o que agravou a doença. Aduz ser segurado do réu, e que em virtude da patologia teve o benefício previdenciário de auxílio doença, posteriormente cessado e submetido à reabilitação profissional, entretanto sem êxito. Assim, requer a antecipação de tutela, condenação do réu para reativação e conversão do auxílio doença em auxílio acidentário, bem como pagar as prestações em atraso, com correção de juros, ou caso conceder aposentadoria por invalidez acidentária.

Indeferiu-se o adiantamento da tutela.

Citado, o INSS contestou o pedido, arguindo que o autor não exibiu provas de sua debilidade. Pedindo improcedência da ação e realização de exame médico pericial.

Determinada perícia médica, constatou-se que a capacidade funcional do autor o permite exercer funções sob especial condição de trabalho (sentado) de forma remunerada.

Manifestaram-se as partes quanto ao laudo pericial.

O autor solicitou esclarecimento à perita, sendo deferido apenas o item cinco. Reiterando seu pedido, haja vista, que o réu o readaptou para continuar exercendo a mesma função só que com nome diferente.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

O autor não padece de incapacidade laborativa, consoante atestou a ilustre perita judicial.

Com efeito, malgrado o insurgimento a respeito da conclusão, o laudo é esclarecedor quanto ao fato de que o autor pode continuar exercendo a mesma atividade profissional habitual, apenas com restrição na maneira de desempenhar, evitando deambulação excessiva ou carga excessiva, bem como de manter-se por muito tempo em pé. Sob tais condições, experimentará dores ou impossibilidade de executar tais tarefas (fls. 126). Mas incapacidade de as exercer não há (fls. 86/87).

Descabe a aposentadoria, pois não há incapacidade permanente, e descabe o restabelecimento do auxílio-doença, pois o autor foi submetido a tratamento e reabilitação.

Diante do exposto, **rejeito o pedido.**

O autor está legalmente dispensado do atendimento de despesas processuais.

P.R.I.

São Carlos, 16 de julho de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**